



Algumas reflexões sobre a análise semântica do vocabulário econômico e financeiro medieval realizada por Dominique Ancelet-Netter
Some thoughts on the semantic analysis of economic and financial medieval vocabulary held by Ancelet-Dominique Netter

Josemar Machado de OLIVEIRA¹

Uma das características da natureza do poder monárquico no *Antigo Regime* era, segundo o historiador Keith Michael Baker², a idéia de que a política era o segredo do rei e, portanto, o *público era privado*, porque assunto exclusivo do rei. Um dos momentos que simbolizaram o começo do rompimento com essa natureza do poder monárquico foi quando, em 1781, Jacques Necker (1732-1804) publicou o célebre *Compte rendu au roi*³, tornando públicas, pela primeira vez, as contas da monarquia francesa. O pai de Madame de Staël (1766-1817) facilitava assim, sem querer, a vida dos historiadores, em geral, e a do historiador econômico, em particular.

Assim, percebemos a dificuldade de pesquisas historiográficas como a de Dominique Ancelet-Netter, em seu recente trabalho *La dette, la dîme et le denier. Uma analyse sémantique du vocabulaire économique et financier au Moyen Âge*⁴, que pretendem estudar temas de natureza econômica e financeira no período histórico imediatamente anterior à Revolução Francesa e, mais ainda, no período medieval, devido à ausência de registros oficiais públicos sobre as contas públicas.

Todavia, a dificuldade maior para o historiador que se debruça sobre temas dessa natureza reside não na ausência de fontes institucionais, mas no fato de que, no período medieval, “todo vocabulário econômico e financeiro é globalmente um vocabulário moral”, como afirma a própria Dominique

¹ Historiador e Professor efetivo da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

² BAKER, Keith Michael. “Politique et opinion publique sous l’Ancien Régime”. In: *Annales ESC*, janvier-février de 1987, p. 41-71.

³ “Relatório ao rei”. Para uma análise da importância desse documento”. In: DOYLE, William. *The Oxford history of the French Revolution*. Oxford, Oxford University Press, 1990, p 67.

⁴ ANCELET-NETTER, Dominique. *La dette, la dîme et le denier. Uma analyse sémantique du vocabulaire économique et financier au Moyen Âge*. Villeneuve d’Ascq: Presses Universitaires du Septentrion, 2010 [*A dívida, o dízimo e o dinheiro. Uma análise semântica do vocabulário econômico e financeiro na Idade Média*].

Ancelet-Netter.⁵ Portanto, o *fato econômico* estava longe de ter a centralidade no cotidiano das pessoas daquela época como tem hoje – habituados que estamos ao *tout économique*⁶ – não tendo, como acontece em nossa época, uma verdadeira autonomia e especialização.

Disso decorre a dificuldade constatada pela autora quanto à escolha do vocabulário. Ela se esquivou de trabalhar exclusivamente o vocabulário do dinheiro, preferindo abordar o conjunto da linguagem econômica e financeira, já que, caso ficasse restrita ao vocabulário monetário, seu campo de investigação se reduziria.⁷

Nada melhor, portanto, do que a escolha metodológica da nossa autora, que optou por uma *análise semântica* do vocabulário econômico no período de seu recorte cronológico (1355-1405), e usou essa análise como um instrumento mais seguro para esmiuçar as complexidades do vocabulário medieval e, especificamente, do vocabulário econômico e financeiro.

O livro de Ancelet-Netter é o resultado de sua tese de doutorado, defendida em 2008 no *Instituto Católico de Paris*.⁸ Seu objeto central de análise é o vocabulário econômico e financeiro no período em que a Idade Média chegava ao seu outono, na famosa expressão de Johan Huizinga (1872-1945)⁹, retomada por nossa autora para classificar o período cronológico por ela escolhido.

A cronologia abarcada situa-se exclusivamente no período da História da França entre os reinados de João II de Valois, o *Bom* (1319-1364), e Carlos VI de Valois, o *Louco* (ou o *Bem Amado*, 1368-1422), uma França sacudida pela *Guerra dos Cem Anos* (1337-1453) e pelas graves conseqüências da *Peste Negra* (1348), assim como também acossada pelas *Grandes Companhias*¹⁰, sem falar do

⁵ ANCELET-NETTER, Dominique, *op. cit.*, p. 225. Ancelet-Netter exemplifica fartamente essa interseção semântica entre o vocabulário econômico e o moral, como é caso do vocábulo “benefício” (p. 303-308).

⁶ ANCELET-NETTER, Dominique, *op. cit.*, p. 363.

⁷ ANCELET-NETTER, Dominique, *op. cit.*, p. 61.

⁸ *Site*: <http://www.icp.fr/fr>.

⁹ É com satisfação que saudamos finalmente uma edição brasileira dessa obra. Ver HUIZINGA, Johan. *O Outono da Idade Média*. São Paulo: Cosac Naif, 2010.

¹⁰ As *Grandes Companhias* eram tropas de aventureiros que, financiadas pelos príncipes nas guerras, viviam da pilhagem e do resgate nos tempo de paz ou de trégua. Elas desolaram a França no século XIV, sob os reinados que compõem o *Quadro Cronológico* do livro de Ancelet-Netter, João II (1319-1364) e Carlos V (1338-1380). Elas eram recrutadas entre os estrangeiros de todas as nacionalidades e, sobretudo, entre os germânicos que o rei Eduardo III tinha licenciado após o Tratado de Brétigny (1360).

seu contexto espiritual, marcado pelo Grande Cisma. Seu eixo diacrônico começa a partir da derrota de João II (1355) e do seu cativeiro nas mãos dos ingleses e termina com a ordenança monetária de 1405.

Para fundamentar sua pesquisa, Ancelet-Netter optou por um *corpus* documental dividido em um *corpus central* e um *ampliado*. O primeiro concentra-se em quatro autores: Nicole Oresme (1325-1382), teólogo e bispo de Lisieux; Philippe de Mézières (1327-1405), cruzado picardo e membro do Conselho do rei Carlos V (1338-1380); Cristina de Pisan (1364-1430), filha de Thomas de Pisan (astrólogo e médico de Carlos V), caso raro de uma escritora que usou a pena para sobreviver após dificuldades surgidas com o desaparecimento do pai e do esposo e que, conforme afirma Ancelet-Netter, distingue-se por ter escrito uma “hagiografia” de Carlos V¹¹; e Evrart de Traumogon, clérigo que ensinou *Direito Canônico* na Faculdade de Paris.

Todos estes escritores são autores de *Espelhos de Príncipes*.¹² Ancelet-Netter consultou as seguintes obras desses autores: 1) *Traité de la première invention des monnaies*, 2) *Le songe du viel pèlerin*, 3) *Le livre du fais et de bonnes moeurs du sage Roy Charles V*, e 4) *Le songe du Vergier*.

Quanto ao *corpus ampliado*, ele foi constituído pelas seguintes crônicas: 1) *Grandes Chroniques de France* (de Pierre de Orgemont), 2) *Vrayes Chroniques* (de Jean le Bel, c. 1290-1307), 3) *Chroniques* (de Jean Froissart, c. 1337-1405). Além disso, há uma massa considerável de textos históricos. A língua original do *corpus central*, por sua vez, é o *moyen* francês; não foram consultados autores em latim.

A delimitação das fontes efetuada por Ancelet-Netter teve por base dois critérios. O primeiro foi “a frequência da ocorrência das palavras” no *corpus* por ela delimitada, e concentrou-se nas palavras que indicam a troca e a circulação da moeda. O segundo foi “...circunscrever o campo de um vocabulário econômico e financeiro concreto, o mais próximo possível dos atos da vida cotidiana” afastando-se dos debates escolásticos.¹³

¹¹ ANCELET-NETTER, Dominique, *op. cit.*, p. 313.

¹² A literatura dos *Espelhos de Príncipes* foi característica da literatura medieval e renascentista. Eram obras que visavam a educação do príncipe e dos cortesãos. Um dos exemplos mais característicos que conhecemos dessa literatura é a obra de Ramon Llull (1232-1316). Para Llull, ver COSTA, Ricardo da. *A Árvore Imperial – Um Espelho de Príncipes* na obra de Ramon Llull (1232-1316). Niterói: tese de doutorado, 2000.

¹³ ANCELET-NETTER, Dominique, *op. cit.*, p. 61.

O livro aborda sucessivamente o *dinheiro*, o *imposto*, o *crédito*, isto é, a usura, as *rendas* e as *despesas*, e, por fim, a linguagem profissional da finança, quando tenta enquadrar o vocabulário financeiro da época medieval em uma teoria. Em relação a cada um desses temas é feita uma abordagem específica com base numa discussão principal. Ancelet-Netter revela ao leitor o que mais chamava a atenção da sociedade da época quanto ao dinheiro, os impostos e o empréstimo, etc.

Dessa forma, quando nossa autora analisa o problema do dinheiro, isto é, a cunhagem e o valor das moedas na época dos primeiros Valois, a discussão central versa sobre o problema da desvalorização, muitas vezes imposta por esses monarcas às moedas então em curso. Com sua análise semântica, Ancelet-Netter consegue nos chamar a atenção para duas questões importantes, a saber: a ausência de uma compreensão especificamente econômica do problema dos reis franceses em praticar a desvalorização como um verdadeiro mecanismo de aumento dos recursos do tesouro real, e o fato de que os autores da época que fazem parte do seu *corpus* documental, como Nicole Oresme, por exemplo, abordarem de um ponto-de-vista moral tal problema. Esse autor medieval inclusive chega a classificar o mecanismo da desvalorização como um pecado – e um pecado maior do que a usura.¹⁴

No terceiro capítulo da obra, são estudadas as diferentes modalidades de impostos medievais que tiveram importância no período de 1355 a 1405. Ancelet-Netter repertoria os impostos diretos e indiretos, mantidos pelos grandes nobres feudais, pela Igreja e pela Coroa. São analisadas as ocorrências semânticas da talha, do odiado imposto sobre o sal (a gabela), o dízimo, entre outros. A discussão é centrada no peso desses impostos, assim como o direito de levá-los.

Nesse ponto, ela toca uma discussão central da História Medieval e Moderna, que é a legitimidade dos impostos, qual seja, se os soberanos tinham ou não o direito de criá-los e recolhê-los a seu bel-prazer. Na época medieval, essa discussão é candente na medida em que sua mentalidade concebia a criação dos impostos como uma ajuda (*aide*) – palavra que, segundo a autora, é o

¹⁴ Nicole Oresme, escrevendo em *moyen français*, afirma que a mutação das moedas, isto é, sua desvalorização, é pior que o ganho do usurário. Assim, diz Oresme: “...le gain d’un usurier n’est pas tant excessif ne si préjudiciable ou generale à aucuns, si comme ceste mutacion, laquelle est imposée outre et pardessus toute la communauté”. *Apud* ANCELET-NETTER, Dominique, *op. cit.* p. 248. Numa tradução livre, seria “...o ganho de um usurário não é tão excessivo nem tão prejudicial ou geral a ninguém, tanto quanto essa mutação, a qual é imposta além e acima de toda a comunidade”.

arquilexema de imposto na Idade Média¹⁵ – e, portanto, como um auxílio voluntário prestado aos seus senhores por um povo *franco*. Significado este que também aparece na designação da concessão ao rei por um corpo representativo (Estados Gerais, na França, Parlamento, na Inglaterra) de um subsídio, isto é, de um auxílio.

O mérito da autora é confirmar, por meio da análise semântica do vocabulário econômico e financeiro, o que já se tinha demonstrado por métodos mais tradicionais. Por exemplo, que, com o tempo, o poder de criar impostos tornou-se um dos fundamentos da soberania dos monarcas em detrimento da vontade de seus súditos.¹⁶ Os monarcas que chegaram a esse grau de poder fiscal deram um passo fundamental na direção da monarquia absoluta. Assim, afirma Ancelet-Netter, “...ao longo dos cinquenta anos que separam o começo e o fim do eixo diacrônico de nosso *corpus*, a definição de ‘imposição’ como a aparição morfológica de ‘imposto’ permite ver a evolução de toda categoria de impostos de uma taxa consentida, excepcional e provisória a uma taxa obrigatória e periódica”.¹⁷

No capítulo referente à questão do crédito, do empréstimo a juros, ou seja, na linguagem da época, da prática da usura, como não poderia deixar de ser, a discussão principal se faz em torno da famigerada condenação que recai sobre essa prática, considerada um pecado equivalente à avareza. São elencadas várias passagens do Antigo Testamento em que se condena a usura e é lembrada também a fundamental condenação de Aristóteles (“dinheiro não cria dinheiro”), condenação tão poderosa quanto a das Sagradas Escrituras, haja vista a enorme influência do pensamento aristotélico na filosofia medieval tardia.

Ao mesmo tempo, há uma detalhada análise da repercussão dessas condenações nos autores pertencentes ao *corpus documental*. O aspecto central da condenação do empréstimo a juros recai sobre o fato de que o usurário é um vendedor de tempo, “...o que é formalmente proibido, pois o tempo só pertence a Deus segundo os preceitos dos teólogos”.¹⁸

Além disso, nossa autora percorre as ocorrências em seu *corpus documental* do vocabulário referente ao crédito como juros, empréstimo, devedor/dívida. Quanto a este último – em francês, *dette* – mais uma vez se confirma a compreensão moral que se tinha na época sobre as questões financeiras, já que

¹⁵ ANCELET-NETTER, Dominique, *op. cit.*, p. 179.

¹⁶ ANDERSON, Perry. *Linbagens do Estado absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 86.

¹⁷ ANCELET-NETTER, Dominique, *op. cit.*, p. 179.

¹⁸ ANCELET-NETTER, Dominique, *op. cit.*, p. 238.

dívida/dever eram assimilados à dívida que se tem em relação a Deus, como aparece na tradução vernacular do *Pai Nosso* feita na época, ofensa traduzido por dívida.

Quando aborda as rendas e as despesas, qual seja, os emolumentos, o salário, o aluguel, Ancelet-Netter nos insere no coração de uma nova dinâmica econômica que se inicia nesse período, na medida em que essa parte da vida cotidiana profissional das pessoas começa a sofrer uma forte monetarização, já que o principal segmento da população, os camponeses, progressivamente passaram a pagar ao seu senhor suas rendas devidas não mais *in natura*, mas em espécies *sonnantes et trèbuchantes*.¹⁹ Essa dinâmica também é constatável na constituição cada vez mais forte de um estado soberano, cada vez menos feudal, cioso em criar mecanismos administrativos que não confundissem as posses privadas do rei com o tesouro público.²⁰

A análise semântica auxilia uma vez mais o historiador quando desvela as sutis características da sociedade feudal, já que, no tocante ao vocabulário das rendas e dos pagamentos, é possível perceber, no sentido dos vocábulos, o escalonamento hierárquico típico daquela sociedade. Assim, “...aos servidores são pagos *gages* (soldo), aos príncipes, senhores e mercadores, são pagas pensões”.²¹ E conclui Ancelet-Netter: “...todas as diferenciações semânticas das palavras do vocabulário da remuneração se articulam em torno das três ordens feudais: *bellatores, oratores e laboratores*”.²²

No último capítulo, Dominique Ancelet-Netter analisa os vocábulos concernentes às profissões e às finanças. Mais uma vez, a autora conclui que esse vocabulário não escapa à lógica do pensamento medieval, que tudo raciocina com base na idéia do Bem e do Mal, do Pecado e da Salvação. Assim, as profissões do ramo das finanças, como, por exemplo, a do cambista, correm tanto o risco econômico inerente ao seu ofício quanto o *risco espiritual*, já que é retomada a condenação evangélica do ofício do dinheiro e o lucro que ele gera.²³

¹⁹ Expressão francesa para designar a moeda.

²⁰ ANCELET-NETTER, Dominique, *op. cit.*, p. 271.

²¹ ANCELET-NETTER, Dominique, *op. cit.*, p. 292. *Gage* é o pagamento que alguém faz a outrem, o qual está a seu serviço ou em sua dependência. Ainda há no francês moderno esse sentido. Ver ROBERT, Paul. *Le petit Robert*. Montreal: Les Dictionnaires Robert, 1989, p. 842.

²² ANCELET-NETTER, Dominique, *op. cit.*, p. 291.

²³ *Ibidem*, p. 342.

Por fim, nossa autora levanta a discussão sobre a existência ou não de uma teoria econômica na Idade Média, e conclui negativamente. Ao discutir a tradução que Nicole Oresme fez da obra de Aristóteles sobre economia, ela afirma que o vocábulo *economia* só era entendido pelo sentido dado por Aristóteles, ou seja, a “...economia pertencia à esfera estritamente privada do cuidado da casa”.²⁴

Assim, não é à-toa que depois de fazer todo esse percurso analítico sobre os vocábulos ligados à economia e à finança, Ancelet-Netter conclua que “...numerosos semas denotativos são comuns aos dois campos lexicais do dinheiro e da moral, subentendido pela problemática medieval em torno do devido, que simboliza as diferenças naturais da dívida”.²⁵

Bibliografia

- ANCELET-NETTER, Dominique. *La dette, la dîme et le denier. Uma analyse sémantique du vocabulaire économique et financier au Moyen Âge*. Villeneuve d'Ascq, Presses Universitaires du Septentrion, 2010.
- ANDERSON, Perry. *Linbagens do Estado absolutista*. São Paulo, Brasiliense, 2004.
- BAKER, Keith Michael. “Politique et opinion publique sous l’Ancien Régime”. In: *Annales ESC*, janvier-février de 1987, p. 41-71.
- COSTA, Ricardo da. *A Árvore Imperial – Um Espelho de Príncipes na obra de Ramon Llull (1232-1316)*. Niterói: tese de doutorado, 2000.
- DOYLE, William. *The Oxford History of the French Revolution*. Oxford: Oxford University Press, 1990.
- HUIZINGA, Johan. *O Ontono da Idade Média*. São Paulo: Cosac Naif, 2010.
- ROBERT, Paul. *Le petit Robert*. Montreal: Les Dictionnaires Robert, 1989.

²⁴ *Ibidem*, p. 361.

²⁵ *Ibidem*, p. 363.